



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Artigo recebido até 15/01/2012
Aprovado até 15/02/2012

A CORTE PORTUGUESA MUDOU-SE OU FUGIU PARA O BRASIL?

*Neuza Zattar*¹

(UNEMAT)

Na introdução da obra *1808* (2007), de Laurentino Gomes, chama a atenção o questionamento que o autor faz sobre o emprego do “termo” que melhor definiria o acontecimento político ocorrido em 1808 – a mudança ou a fuga da corte portuguesa para o Brasil, visto que para ele,

[...] os livros de História que tratam desse período apresentam uma intrigante questão semântica. **A corte portuguesa mudou ou fugiu para o Brasil?** (sic) Qual seria o termo adequado para definir o que aconteceu entre novembro de 1808 e julho de 1821, datas da partida e do retorno de D. João VI a Portugal? (idem, 2007, p. 21. Grifo nosso)

É possível dizer, pela indagação do historiador, que o “termo adequado para definir” fatos da história luso-brasileira a que se refere não se trata da escolha do nome adequado, ou simplesmente da substituição de uma palavra por outra de sentido equivalente, nem de uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo, mas diz respeito ao modo de apreensão do real pelo(s) sujeito(s), o que dá à designação do objeto de referência o caráter de instabilidade, próprio das relações de significação da linguagem.

Assim, as formas verbais “mudou” (sic) e “fugiu” funcionam como efeito de evidência, produzido por gestos de interpretação dos sujeitos que enunciam de diferentes posições no acontecimento de linguagem em que essas formas de linguagem são ditas. Nesta perspectiva, é preciso analisar em que espaços de funcionamento de línguas deu-se a enunciação das formas “mudou” ou “fugiu” e como elas são interpretadas e significadas na linguagem da história luso-brasileira.

¹ Professora no curso de Letras na UNEMAT, *campus* de Cáceres/MT.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Dentre os fatos históricos a que se refere o autor, vamos destacar, para análise, o funcionamento semântico do enunciado “A corte portuguesa mudou ou fugiu para o Brasil?” (sic), que integra o texto acima. Trata-se de um enunciado interrogativo, constituído de dois sintagmas que, embora ligados pelo operador ”ou”, não excluem o que designam, e funcionam referindo-se a duas versões que pairam no imaginário de todos os que conhecem essa passagem da história luso-brasileira: 1ª) “A corte fugiu para o Brasil”, por remeter à única opção do príncipe D. João frente à iminente invasão de Portugal pelas tropas francesas; e 2ª) “A corte mudou para o Brasil” (sic), por remeter aos antigos planos de transferir-se para o Brasil, sugeridos por Pe. Antonio Vieira, Conselheiro de D. João IV, no século XVII.

Nesse enunciado constituem-se, ao mesmo tempo, duas designações para o fato histórico ocorrido no final de 1808, em Portugal, as quais o locutor-historiador não afirma, mas questiona, insistindo pela escolha de uma das formas ditas. Esse gesto, entretanto, impede, por si mesmo, o movimento de outras interpretações e de outros dizíveis evocados pelo interdiscurso, de modo a produzir a falta de sentido no acontecimento em que se dão as designações. Ou seja, a indagação representada pela interrogação disjuntiva, pela incerteza que a constitui, poderia requerer, no caso, outra enunciação que permitisse desfazer essa dubiedade, mas na perspectiva teórica, na qual nos filiamos, não é e nem poderia ser uma tarefa consensual, se considerarmos a incompletude da língua, o lugar social de onde os locutores enunciam e o fato de a língua funcionar afetada pela memória do dizível.

Para compreendermos esse funcionamento e outros, apresentamos um estudo sobre a designação a partir da gramática normativa.

A designação

Nas gramáticas normativas de língua portuguesa, de modo geral, o substantivo é conceituado sob o ponto de vista semântico como a classe que nomeia ou designa seres, coisas e ideias. Por esse critério, no entanto, identifica-se inicialmente o ser para considerar como substantivo a palavra que o representa, ou seja, para estabelecer uma relação entre o nome (a linguagem) e o objeto ou coisa a que se refere.

Segundo Monteiro (1991), a questão do conhecimento do ser é problemática, considerando que muitos nomes como “mudança” e “fuga”, entre outros, não designam seres



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

e, por outro lado, qualquer vocábulo ou expressão pode assumir a função de substantivo, como “o sim”, “o viver”, “o aqui e o agora” etc.

Aqui o autor aponta para uma distinção entre a designação de nomes que são identificados no mundo real e de nomes que não são identificados no mundo real, numa referência aos nomes concretos em oposição aos abstratos. Nessa linha, Guimarães (2007) diz que os nomes concretos são referidos a seres que têm uma existência por si, e os abstratos, aos que não têm essa existência por si.

Ao contrário de nomes que, em geral, estabelecem com os objetos uma relação de referência, em que para cada nome deve-se corresponder um objeto no mundo, ou de semântica que se utiliza de referenciais, como os dêiticos de Benveniste, para referir ou apontar os objetos e/ou seres extralinguísticos, numa determinada situação de linguagem, os nomes, de acordo com a classe de palavras a que pertencem, são designados e se constituem na enunciação em que se dão esses nomes, ou seja, a nomeação constitui a designação de um nome por estar afetada pelo enunciável, por outro nome com o qual estabelece uma relação, ao mesmo tempo, linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia.

Em *Os limites do sentido* (2005, p. 74), Guimarães diz que “a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, mas exposto à diferença”. Nessa mesma direção, Zoppi-Fontana, em “É o nome que faz fronteiras” (1999, p. 203), caracteriza as designações “como relações semânticas instáveis produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais instala-se um sentido, apagando outros possíveis, dizíveis.”

Em *Semântica do Acontecimento*, Guimarães (2002, p. 9) conceitua a designação como “a significação de um nome, enquanto uma relação linguística de sentido exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”, pelo efeito de evidência produzido pela ideologia.

Assim, um determinado nome recebe uma designação não pelo significado denotativo ou literal de que é constituído, mas pela relação de sentido que estabelece com outros nomes enunciados em determinadas condições. Como o processo de designação se movimenta com o funcionamento da língua e dos sujeitos aí instituídos, podemos dizer que as designações dadas pelos nomes mudam à medida que os nomes vão constituindo novos significados, pois, designar “é constituir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

na medida em que o dizer identifica este real para os sujeitos” (GUIMARÃES, 2005, p. 91). Esse real, descrito como “a que o dizer se expõe ao falar dele” (idem, p. 12), não é representável no seu todo, mas constituído como realidade diferente projetada por determinada posição-sujeito na e pela enunciação. Segundo Pêcheux (2008, p. 29), “não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.” Ou seja, o encontro do sujeito com o real poderá ser distinto do encontro de outros sujeitos com esse real, o que torna instável o processo de designação.

Freda Indursky (1999, p. 175), ao analisar o embate pela posse da terra, toma a designação como “a nomeação, tal como ela é estruturada pelas formações ideológicas dos sujeitos sociais envolvidos, ou seja, a designação é fortemente determinada pelo imaginário dos sujeitos sociais envolvidos nesse conflito”.

Desse modo, entendemos que, independentemente do olhar teórico, a designação pelo nome só se constitui pelo funcionamento da língua no acontecimento de linguagem, produzida por diferentes posições de sujeitos afetados pela memória do dizível e pela ideologia que os constituem. Assim, a designação, enquanto significação de um nome, é constituída nas relações de linguagem tomadas na história (GUIMARÃES, 2002).

Análise

Neste texto propomos analisar como o sintagma “uma fuga”, pela qual passa a solução pacífica de a corte portuguesa procurar no Brasil o refúgio para a calmaria política, faz funcionar, nos escritos da história brasileira, outras designações para referir o perigo representado pela invasão de Portugal por tropas francesas. Ou melhor dizendo, como essa designação, enquanto uma relação linguística de sentido exposta ao real, significa pela relação que estabelece com o acontecimento que a determinou histórico-politicamente.

Tomaremos, para a análise, recortes do decreto ‘de despedida’ expedido pelo príncipe D. João, das cartas de Lord Strangford, embaixador inglês em Lisboa, e de Joaquim José de Azevedo, oficial português encarregado de organizar a viagem para o Brasil, e de expressões extraídas dos livros *Carlota Joaquina na Corte do Brasil* (2003) e *1808* (2007).

Vejamos os recortes:



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

1. [...] nada de grande deve ser esperado deste governo e o projeto de retirar-se para o Brasil só será posto em execução como **uma fuga ao perigo**, pois a ideia é encarada com horror pelo Príncipe [...]. (Trecho da carta de Lord Strangford, embaixador inglês em Lisboa, ao gabinete britânico, in AZEVEDO, 2003, p. 32).

Nessa cena enunciativa em que o político é tomado como a contradição que instala conflitos entre os interlocutores, a enunciação da expressão “uma fuga ao perigo” resulta de efeitos de sentido de discursos contrários ao ponto de vista do embaixador inglês sobre a retirada da corte para o Brasil, marcados por conflitos de autoridade. De um lado, a projeção da figura de um Príncipe hesitante diante da ameaça do “perigo”; de outro, o aliado inconformado, mas sem autoridade para executar o plano de retirada para o Brasil, ou seja, temos duas posições conflituosas demarcadas pelo direito ao poder: a de quem o detém e a de quem o aspira.

O confronto entre as posições-sujeitos aparece textualizado na crítica ao governo português em “nada de grande deve ser esperado”, em que “nada” funciona para aniquilar a imagem política do Príncipe, retomada pela memória do dizível que torna possível a significação do que se está enunciando.

Na cena enunciativa, a designação e a referência² “uma fuga ao perigo” são constituídas ao mesmo tempo para referir, respectivamente, a reação da corte portuguesa às pressões da aliada Inglaterra e a invasão do território português pelas constantes ameaças de Napoleão, em espaço de funcionamento de Língua Oficial de Portugal, ocupado na enunciação da carta pela língua inglesa.

No espaço de enunciação, em que se dá a cena enunciativa, o modo de dizer do locutor-oficial inglês é marcado pelo emprego de máximas conversacionais para enunciar ao interlocutor somente o que julga ser verdadeiro e relevante, culminando com a construção de um único sintagma contendo a designação e aquilo que por ela é designado.

O texto, enunciado por um locutor-oficial, faz referência ao “projeto de retirar-se para o Brasil”, que funciona como efeito de pré-construído, como algo já-dito antes em outro lugar, independentemente do que se diz na enunciação, ou seja, há um plano estratégico preestabelecido em curso que, se executado, se constituirá em fuga.

² A referência, constituída no texto, é compreendida por Guimarães (2002, p. 9) como “a particularização de algo na e pela enunciação”.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

A expressão “uma fuga ao perigo” não pertence ao discurso do Príncipe Regente, para quem “a ideia” de fuga é refutada e interpretada como “horror”, mas ao discurso do aliado inglês que projeta a imagem de um Príncipe incapaz de enfrentar os perigos que ameaçam a corte portuguesa, pelo medo que o acomete. Nesse espaço de dizer, ocorre a reescrituração de “uma fuga” por “projeto de retirar-se para o Brasil” e “a ideia é encarada com horror”. A reescrituração, enquanto modo de predicar o nome, “ao mostrar-se dizendo o mesmo, diz outra coisa, que passa a fazer parte da designação do nome reescriturado” (GUIMARÃES, 2002, p. 69).

Na enunciação da carta, “uma fuga ao perigo” funciona como um recurso metonímico, em que a palavra “fuga” contém traços semânticos do plano de fuga da corte portuguesa para o Brasil, e a referência “perigo”, traços da iminente invasão de Portugal pelas tropas francesas.

2. Imediatamente sugeri a Sidney Smith o expediente de estabelecer o mais rigoroso bloqueio da desembocadura do Tejo, e tive a grande satisfação de saber que tinha antecipado a intenção de Sua Majestade; seu despacho dirigido a mim autorizando a medida, no caso do governo de Portugal ultrapassar o limite de tolerância o qual sua Majestade tinha estabelecido; não tentar levar adiante nenhum passo que fosse injurioso à honra e ao interesse da Grã-Bretanha [...], a única condição para acabar o bloqueio é render a frota de sua Majestade ou empregar medidas imediatas para **remover o Príncipe Regente e sua Família para o Brasil** (Trecho da carta de Lord Strangford ao governo de Londres) (AZEVEDO, 2003, p. 63-64).

A notícia da proximidade das tropas napoleônicas interpela o locutor-oficial da carta que informa ao governo de Londres sobre as únicas possibilidades de sobrevivência da monarquia portuguesa: a rendição da frota ou a remoção do Príncipe Regente e sua Família para o Brasil.

Na enunciação da carta, o político³ significa a desigualdade produzida pela ruptura de autoridade entre os representantes políticos de Portugal e do país aliado, em que a decisão de poder da nação amiga se sobrepõe à decisão de poder da nação capitulada, ao definir as estratégias para a remoção da família real.

³ Para Guimarães (2002, p. 16), “o político, ou a política, é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

Assim instituído, o locutor-oficial enuncia de um lugar que o autoriza a tomar decisões sobre o destino da corte portuguesa, se antecipa, pelo mecanismo de escuta, à autorização para bloquear a tropa francesa, e impõe condições para remover a família real para o Brasil, deixando claro que toda e qualquer decisão não deve colocar em risco os interesses da Inglaterra.

A designação “uma fuga” aparece, na carta, reescriturada por “remover o Príncipe Regente e sua Família para o Brasil” e resulta da interpretação de sujeitos afetados pelos lugares sociais que representam junto ao governo português e que determinam as relações político-comercial-econômicas entre os dois países.

É possível dizer que as designações “uma fuga” (texto 1) e “remover o Príncipe Regente e sua Família para o Brasil” (texto 2), embora nomeadas por falante de língua inglesa que ocupa a mesma posição-sujeito, se distinguem pelas especificidades que as constituem. No primeiro texto, a designação “uma fuga” é genérica, indeterminada, não tem estrutura de frase, e funciona para referir “perigo”, uma referência também genérica, indeterminada, com estrutura de nome único; já no segundo texto, a designação aparece particularizada, com estrutura de frase, descrevendo as figuras enunciativas e o lugar a que se destinam.

Nessa cena, o Locutor enuncia a carta citando as enunciações do “expediente” e do “despacho”, em que a primeira funciona como pré-construído da segunda, estabelecendo entre elas uma relação interdiscursiva. Observa-se, ainda, uma dispersão de vozes na enunciação da carta: a voz do enunciador 1 na cena do “expediente”, a voz do enunciador 2, na cena do despacho, que veiculam pontos de vista organizados pelo Locutor, com os quais se identifica.

Como a constituição da temporalidade se dá pelo funcionamento da língua no acontecimento do dizer, a temporalidade da enunciação da “carta” se constitui, projetando uma futuridade, o interpretável ou efeitos de sentido, perpassada por um passado ou rememoração de enunciações (expediente/despacho) ocorridas em outras enunciações, como parte de uma nova temporalização. Ou seja, o funcionamento simbólico da organização dos tempos presente/passado/futuro no acontecimento de linguagem implica sempre uma nova temporalização, para que ocorram sentidos e gestos de interpretação. A relação entre o que se diz e o interpretável requer, para significar, um retorno a uma parte do que já foi enunciado, pois esse imbricamento é necessário para produzir os efeitos (a futuridade) do que se diz.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

É interessante destacar como a designação “remover o Príncipe Regente e sua Família para o Brasil” vai sendo construída também pela performatividade do texto na relação de posições enunciativas. Na enunciação do expediente, o efeito da performatividade afeta o interlocutor, ainda que a título de sugestão, para “estabelecer o mais rigoroso bloqueio”. Já na enunciação do despacho, a performatividade assume tom de superioridade, impondo toda e qualquer medida desde que não se macule a imagem da Inglaterra. Vejamos algumas dessas marcas funcionando no texto: “autorizando a medida”, “não tentar levar adiante nenhum passo”, “render a frota ou empregar medidas”, “remover o Príncipe Regente e sua Família”.

Embora os interesses sejam comuns, os sujeitos instituídos na enunciação da carta não enunciam dos mesmos lugares, mas de lugares hierarquicamente institucionalizados. O embaixador inglês, em Portugal, em relação a Sidney Smith, enuncia de uma posição superior ao sugerir que se emprenda o bloqueio; mas, ao retomar o discurso de Sua Majestade, o rei da Inglaterra, autorizando as “medidas” via despacho, desloca-se para uma posição imediatamente inferior. E aqui é possível identificar a diferença entre a enunciação dos documentos “expediente” e “despacho”, quanto à performatividade e ao efeito de sentidos que esses documentos produzem nos interlocutores.

A designação “remover o Príncipe Regente e sua Família para o Brasil” refere o “perigo” que não aparece textualizado, mas pode ser identificado no enunciado “estabelecer o mais rigoroso bloqueio da desembocadura do Tejo”, que historiciza a relação de força e poder entre França e Portugal. Aqui o “perigo” aparece expandido para além do bloqueio, que metaforiza o impedimento do avanço das tropas francesas nesse lugar.

3. Tenho procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade de que até agora tem gozado os meus fiéis e amados vassallos e apesar de ter exaurido o meu Real Erário, e de todos os sacrifícios a que me tenho sujeitado, [...]. Vejo que pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e do rei da Itália, a quem eu me havia unido no continente, na persuasão de não ser mais inquietado [...] e querendo evitar as funestas consequências que se podem seguir de uma defesa [...], tenho resolvido, em benefício dos mesmos meus vassallos, **passar com a rainha, minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até a paz geral**⁴.

⁴ Cf. WWW.passeiweb.com/saiba_mais fatos_historicos/brasil. Acesso em março de 2009.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

A enunciação da despedida, em forma de decreto, se dá em espaços de enunciação da Língua Oficial de Portugal, tendo como Locutor o Príncipe D. João, que tenta explicar ao povo português as razões de sua viagem. Os argumentos disponibilizados pelo interdiscurso afetam o modo como o sujeito significa na enunciação de despedida, ao afirmar que resolveu “passar para os Estados da América” em benefício de seus vassalos.

Na enunciação do decreto de ‘despedida’, a designação modaliza politicamente o modo de dizer do Príncipe em relação aos súditos. Não se diz “uma fuga”, mas “passar com a rainha, minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até a paz geral”; da mesma forma não se enuncia “perigo”, mas “pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e do rei da Itália”. Essas modalizações são estratégicas para a afirmação de pertencimento à pátria dos cidadãos que vão permanecer em Portugal e enfrentar o perigo.

Observa-se nessa designação que a oração coordenada aditiva “e estabelecer-me na Cidade do Rio de Janeiro até a paz geral” imprime dupla futuridade: de um lado, a ideia de que a partida não é definitiva, produzida por um discurso que “aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros (ORLANDI, 1999, p. 39); por outro, condiciona o retorno da corte a Portugal à “paz geral”, que significa a recuperação do trono, em Lisboa, pela derrocada dos franceses.

A designação “uma fuga” é reescriturada, no texto, por “passar com a rainha, minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América”, que designa também uma passagem locativa da corte de Portugal para o Brasil. Nela são descritas apenas as figuras enunciativas que representam a família real, silenciando outras categorias que fizeram parte da comitiva. Ainda, nessa designação, o Brasil não aparece nomeado para se referir ao país de instalação da corte portuguesa, mas reescriturado por “estados da América”, estabelecendo uma relação metonímica, em que a parte é tomada pelo todo. Ou seja, os “estados da América”, ao referirem o Brasil, produzem uma designação antecipada da divisão política do país que, à época, era constituído de províncias.

Nessa cena, a designação e o objeto de referência são produzidos, ao mesmo tempo, e isso se dá, segundo Zoppi-Fontana (1999, p. 212), “como efeito de evidência pelos gestos de interpretação que definem as diferentes posições a partir das quais se enuncia”.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

4. O muito nobre e sempre leal povo de Lisboa não podia familiarizar-se com a ideia da **saída do rei para os domínios ultramarinos** (Trecho da carta de Joaquim José de Azevedo, oficial encarregado de organizar a viagem, in GOMES, 2007, p. 71)

O efeito de sentidos do decreto de 'despedida' do Príncipe Regente reflete no estado de espírito do povo de Lisboa, que, sem chances de acompanhar a família real, é obrigado a permanecer em Portugal. Aqui ocorre o que podemos chamar de divisão do real entre os povos de uma mesma nação que se distinguem em duas categorias: os portugueses que deixarão o país e os que nele permanecerão. Ou seja, instala-se o conflito pela apartação do pertencimento entre os que podem e os que não podem deixar a nação portuguesa.

A designação “saída do rei para os domínios ultramarinos” resulta da interpretação de um sujeito afetado pelo lugar social que representa junto ao governo português, e que se solidariza com o povo português, categorizado de “nobre e leal” ao rei.

No texto, “uma fuga” é reescriturada por “a ideia da saída do rei para os domínios ultramarinos”, e o locativo “domínios ultramarinos” que, embora precedido pelo artigo “os”, reescreve o Brasil de forma indefinida, projetando sentidos de que Portugal tem mais de um domínio na América.

Nessa cena, constituem-se também, ao mesmo tempo, a designação e o objeto a que refere, que se afiguram como algo tomado na história, como efeito de evidência⁵ produzido pela ideologia. Esse efeito se dá porque o sujeito tem a ilusão de completude, de transparência de que tudo que se diz significa.

5. [...] a capital encontrava-se num estado de tristeza tão sombria que era terrível em excesso ser descrito. Bandos de homens armados e desconhecidos eram vistos vagueando pelas ruas, no mais completo silêncio [...]. Tudo parecia indicar que **a partida do príncipe**, se não fosse realizada imediatamente, seria retardada por tumultos populares até que se tornasse impraticável pela chegada do exército francês [...]. (Trechos de Relato de Lord Strangford na véspera do embarque) (in AZEVEDO, 2003, p. 60)

⁵ Cf. Orlandi (1996, p. 31), ‘é a ideologia que produz o efeito de evidência, naturalizando o que é produzido pela história [...]. Daí a necessidade de distinguirmos entre a forma abstrata (com sua transparência e o efeito de literalidade) e a forma material, que é histórica (com sua opacidade e seus equívocos).



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

O relato sobre os dias que antecederam o embarque da corte portuguesa para o Brasil se dá como num presente e abre-se para um depois, a futuridade do acontecimento, recortando um memorável de enunciações já realizadas, de modo a constituir um novo acontecimento, uma nova temporalização. Como se sabe, não é o sujeito que se instala nos tempos para enunciar, ele é tomado na temporalidade da enunciação. Daí dizer que a enunciação do relato se instala, recortando o passado como memorável, no caso, a “chegada do exército francês” no território português, e projetando efeitos de sentido (futuridade), “a partida do príncipe”, de modo a produzir uma nova temporalidade.

Na enunciação do relato ocorre um deslizamento da posição do locutor-oficial que, em outras cenas, falava de um lugar da autoridade que tinha poderes para decidir os destinos da corte portuguesa, para uma posição de observador que descreve o estado de debilidade incontornável a que povo português foi submetido.

A designação “a partida do príncipe”, que reescritura “uma fuga”, significa por constituir outra forma de apreensão do real. Ou seja, como o real não é atingível na sua totalidade, a forma material da língua e a posição-sujeito interpelada pela ideologia constituem vários acessos à realidade que se distinguem entre si. Assim, a apreensão do real para cada sujeito se dá pelo efeito de evidência produzido pela ideologia, pois diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretar, a atribuir sentidos.

A seguir apresentamos outras designações que reescrevem “uma fuga”, extraídas da obra *1808*, de Laurentino Gomes (2007, p. 21):

- a) “transladação da corte (Oliveira Lima)”;
- b) “transferência voluntária ou transposição da sede portuguesa (Luiz Norton)”;
- c) “retirada da família real para o Brasil (Ângelo Pereira)”;
- d) “transplantação (Tobias Monteiro)”;
- d) “transmigração ou mudança (outros)”;
- e) “fuga” (J. M. Pereira da Silva, 1864; Jurandir Malerba, 2000; Lília Moritz Shwarcz, 2002; Laurentino Gomes, 2007”).

Esse conjunto de designações constitui significações sob diferentes formas de apreensão do real ou do encontro dos sujeitos com o real e “funcionam como indícios dos pontos de

estabilização das relações de referência que se dão pela intervenção do interdiscurso no acontecimento de enunciação (GUIMARÃES *apud* ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 212).

Desse conjunto de designações, “uma fuga” é a mais recorrente e os sentidos que produz se distinguem das demais pelo modo particular como cada uma das designações é constituída materialmente pela história, ou seja, na enunciação em que se dão essas designações, o que as determina são os gestos de interpretação de diferentes posições-sujeitos afetadas pelo interdiscurso.

Mostraremos, ainda, um quadro de designações e referências com as respectivas reescrituras a partir da expressão “uma fuga ao perigo”.

Uma fuga ao perigo	
Reescrituração	
Designações	Referências
1. o projeto de retirar-se para o Brasil a ideia é encarada com horror	–
2. remover o Príncipe Regente e sua Família para o Brasil	–
3. passar com a rainha, minha senhora e mãe, e com toda a real família, para os estados da América	pelo interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e do rei da Itália
4. a ideia da saída do rei para os domínios ultramarinos	–
5. a partida do príncipe	chegada do exército francês
6. transladação da corte	–
7. transferência voluntária ou transposição da sede portuguesa	–



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

8. retirada da família real para o Brasil	—
9. transplantação	—
10. transmigração ou mudança	—
11. fuga	—

Nas análises empreendidas, as designações, enquanto relações semânticas instáveis, podem mudar à medida que o sujeito que enuncia muda de posição pela presença do interdiscurso no acontecimento em que se dá o nome.

Nas cenas enunciativas 1, 3 e 5, observamos que a designação e a referência são constituídas ao mesmo tempo, e nas cenas 2 e 4 ocorre apenas a designação. Isso ocorre porque a relação de designação e referência “não é uma relação entre uma palavra e um objeto ou conjunto de objetos de uma classe estabelecida, mas uma relação que produz identificações por um processo infindável de redizer, próprio do texto” (GUIMARÃES, 2002, p. 76).

Por se tratar de um tema que funciona na memória do brasileiro como o acontecimento que mudou a história do Brasil e de Portugal, podemos afirmar que o processo de designações para referir o “perigo”, representado pela invasão de Portugal pelo exército francês, marca, nos discursos do embaixador inglês, do príncipe D. João, do oficial do exército português e de historiadores brasileiros, a posição ideológica nos dizeres em que se constituíram os nomes, e mantém estabilizado o sentido de “fuga”, apagando outros sentidos dizíveis da memória discursiva da história do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: _____ INDURSKY, Freda e FERREIRA, M. C. Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.



Vinculada ao Curso de Letras: Licenciatura e Bacharelado e ao Programa de Mestrado em Letras
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Unidade Universitária de Campo Grande – MS

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. SP: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Enunciação e história. In: _____. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Terra de Vera Cruz, Brasil. In: *Revista de Cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, nº 4, julho-agosto, 1992.

_____. Domínio semântico de determinação. In: _____ e MOLLICA, M. Cecília. (Orgs.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas, SP: RG Editores, 2007.

INDURSKY, FRED A. Da ocupação à invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: _____ e FERREIRA, M. C. Leandro (Orgs.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

MONTEIRO, José Lemos. (1944). *Morfologia portuguesa*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1991.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (Tradução: Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

ZATTAR, Neuza. Calçadas: espaços públicos ou privados? In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos - Versão eletrônica*. HIL. ed. nº 23/24, 2010.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. É o nome que faz fronteira. In INDURSKY, Freda e FERREIRA, M. C. Leandro. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.